



Proposta Argentina - Rotulagem Nutricional Frontal – Mercosul

22/03/2021 17:55

lagente

Os Ministérios da Saúde, Agricultura e Desenvolvimento Produtivo concordaram em apresentar, nas reuniões de 25 e 26 de março do Mercosul, proposta Rotulagem Nutricional Frontal, com o objetivo de validar um novo sistema de rotulagem de alimentos com Uruguai, Paraguai e Brasil, cujo consenso abrange os seguintes pontos:

- Apresentação de proposta no Mercosul nas reuniões de 25 e 26 de março;
- Convocação de reunião extraordinária da Comissão Nacional de Alimentos (CONAL) no dia 14 de abril, para tratar exclusivamente de rotulagem nutricional frontal;
- Convocação pelo Ministério da Saúde à UNICEF e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).
- Apresentação por parte de cada ministério para sociedades científicas, associações, autoridades de saúde e produção etc.

Além disso, alguns detalhes sobre o conteúdo da proposta de rotulagem foram definidos:

- Use a frase "pare em" na legenda de advertência do octógono preto;
- Incluir na legenda a assinatura do "Ministério da Saúde";
- Respeitar as diretrizes gráficas quanto a tipografia, tamanho, realce dos selos emitidos pelo Ministério da Saúde;
- O Ministério da Saúde enviará documento detalhando os selos e especificações técnicas reformulados;
- Houve acordo técnico sobre o tratamento especial dos limites de açúcares totais para produtos lácteos, embora por enquanto, esteja pendente a definição da legenda dos adoçantes.

O encontro contou ainda com a presença de Marcelo Alós, Secretário de Alimentos, Bioeconomia e Desenvolvimento Regional; Paula Español, Secretária de Comércio Interior; Arnaldo Medina, Secretário de Qualidade em Saúde; Graciela Abriata, Diretora Nacional de Abordagem Integral para Doenças Não Transmissíveis; Mónica López, Diretora do Instituto Nacional de Alimentos; e Nicolás Bonofiglio, Diretor Nacional de Regulamentos Técnicos.

Ressaltamos que já existe um projeto de lei de incentivo à alimentação saudável e rotulagem frontal de alimentos, que conta com aprovação do Senado e que está sendo avaliado nas comissões da Câmara dos Deputados.